

*Conversando com
Roger Chartier sobre
a obra de Michel Foucault*

ENTREVISTA



Roger Chartier. Fotografia, 2014 (detalhe).

Marco Antonio Milani

Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/ Assis). marco@edcm.net

Aline Menoncello

Mestranda em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis). aline_menoncello@hotmail.com

Conversando com Roger Chartier sobre a obra de Michel Foucault

Interview: talking with Roger Chartier about Michel Foucault's work

Marco Antonio Milani

Aline Menoncello

¹ O curso foi realizado entre os dias 22 e 27 de julho de 2014 e está disponível *on-line*: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLtukD4KW-eVKZ17O9cIEDMSkJgzIt-wF6>>.

² *Les lundis de l'Histoire* era um programa da rádio *France Culture*. Criado em 1966, ele se manteve no ar até junho de 2014. Seus últimos produtores foram Jacques Le Goff, Michelle Perrot, Roger Chartier e Philippe Levillain. Estão disponíveis *on-line* os programas a partir da temporada 2005-2006: <<http://www.franceculture.fr/emission-les-lundis-de-l-histoire-0>>.

³ FARGE, Artette e FOUCAULT, Michel. *Le désordre des familles*. Paris: Gallimard, 1982. Eles investigaram as *lettres de cachet* (documentos por meio dos quais o rei da França decretou a prisão de muitas pessoas) e nos apresentam as tramas familiares, em meio às quais pais e filhos disputavam o espaço doméstico. A obra ainda não foi traduzida para a língua portuguesa.

⁴ *Les machines à guérir* reúne artigos de Michel Foucault, Blandine Barret-Kriegel, Anne Thalamy, François Beguin e Bruno Fortier. FOUCAULT, Michel et al. *Les machines à guérir: aux origines de l'hôpital moderne*. Bruxelles: Mardaga, 1976. Eles analisaram a ideia de hospital que surgiu no século XVII e que estava vinculada ao desejo de controle social. Desse modo, pesquisaram os equipamentos, os medicamentos e a arquitetura hospitalar. A obra ainda não foi traduzida para a língua portuguesa.

⁵ FOUCAULT, Michel. *A história da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1972. O título original é *Historie de la folie à l'Âge Classique*, publicado em 1961.

⁶ *Idem*, *Arqueologia do saber*: Petrópolis-Lisboa: Vozes/Centro do Livro Brasileiro, 1972. Esta obra, cuja edição original data de 1969, sob o título *L'archéologie du savoir*, é uma das mais lidas de Foucault.



Roger Chartier é professor no Collège de France, na cátedra Écrit et cultures dans l'Europe modern, tendo sido diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Com frequência ele profere conferências e ministra cursos de curta duração na América do Sul. Já lecionou em várias universidades dos Estados Unidos como professor convidado e exerceu leitorado em diversos países. Sua produção intelectual se destaca no campo da História Cultural, com trabalhos seminais a respeito das práticas de leitura na modernidade. Suas obras são referência quanto ao fazer historiográfico e ao estudo das representações, e as suas reflexões teóricas exploram os limites da História, levando-o a dialogar com a Literatura, Sociologia e Filosofia, motivo pelo qual é um grande interlocutor de Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Jorge Luis Borges e Michel Foucault.

Quando da trágica efeméride que relembrou os 30 anos da morte de Michel Foucault, Chartier concedeu esta entrevista quando esteve em São Paulo, por ocasião de seu curso "Pierre Bourdieu e o mundo social"¹, ministrado no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc. Ele falou a respeito da recepção de Michel Foucault na França, do debate em torno de sua filiação ao estruturalismo e das possibilidades de pensar os escritos foucaultianos, segundo suas próprias categorias, como "obra" e "autor". Tais noções estão no cerne da reflexão de Chartier acerca de sua própria relação com a autoria e das dificuldades enfrentadas pelos novos pesquisadores. **MAM e AM**

— Por favor, nos conte como foi seu encontro com Michel Foucault. Como o senhor começou a lê-lo? Quais escritos o impressionaram mais?

RC: São duas coisas muito diferentes. Eu quase nunca encontrei Foucault, salvo no quadro do programa de rádio que eu tinha, chamado *Segundas-feiras da História*², e que se encerrará a partir do próximo ano. Eu era um dos quatro produtores. Havia convidado Foucault, particularmente por causa dos livros que ele havia escrito em colaboração: *Le désordre des familles*³, com Arlette Farge, e outro livro, não sei se traduzido para o português, que se chamava a *Les machines à guérir*⁴, sobre os hospitais em Paris no século XVIII, obra colaborativa também. E ele havia aceitado sem problemas. Mas foi o único momento de encontro, pois eu nunca havia acompanhado seus seminários ou seus cursos no Collège de France.

A leitura é diferente, evidentemente. Nos anos 60 e 70, não se podia estar em Paris sem encontrar o Foucault da *A história da loucura*⁵, o Foucault da *Arqueologia do saber*.⁶ E a partir desse momento, os escritos que mais me impressionaram foram aqueles sobre o discurso, porque talvez fosse o que

eu pensava em fazer: a história dos textos, a história do livro, a história da leitura e a história da cultura escrita. Então, de certa maneira, eu estava mais interessado no modo pelo qual Foucault tratava os discursos e esses paradigmas que mudaram entre a *Arqueologia do saber* e *A ordem do discurso*.⁷ Claro que o conteúdo da história da loucura, da história da medicina e da história dos controles sobre o panóptico era importante. Mas, para mim, o Foucault da *Arqueologia do saber*, do *O que é um autor?*⁸ e da *A ordem do discurso* era o Foucault fundamental para a construção do campo de trabalho sobre a história cultural e história da cultura escrita.

Outra oportunidade em que o “encontrei” foi o momento do bicentenário da Revolução Francesa. Eu deveria escrever um livro – que seria posteriormente publicado em francês e também em português – para uma editora americana sobre as origens culturais da Revolução.⁹ Esse livro me conduziria imediatamente a Foucault através da relação com o conceito de origem, que ele criticava de maneira radical. Por outro lado, Foucault nunca escreveu diretamente sobre a Revolução Francesa, embora o tema estivesse presente em quase todos os seus livros. Talvez para propor cronologias que são mais complexas, ou seja, pensar a Revolução dentro de uma cronologia de mais longa duração ou como um evento, um acontecimento fundador.

— “Maio de 68” impulsionou importantes mudanças epistemológicas, com forte questionamento contra o estruturalismo, processo ao qual Foucault se reportou em várias ocasiões. Como o senhor considera que essa crise refletiu na trajetória de Foucault?

RC: Maio de 68? Não me parece que Foucault, nesse momento, estivesse realmente inserido nos eventos. Não estava interessado e investindo nos eventos políticos, sociais ou culturais de 68. Sequer estava em Paris, mas na Tunísia, como mostra a biografia de Didier Eribon.¹⁰ As intervenções mais diretamente políticas de Foucault aconteceram depois, a partir do seu trabalho de pesquisa sobre as prisões, por exemplo, ou em relação ao tema homossexualidade, surgindo daí uma série de tomadas de posição em relação a esses objetos particulares.

Tanto Foucault quanto Bourdieu são o contrário do intelectual total, à maneira de Sartre, em que o filósofo pode falar de tudo. Ambos definiram a figura do intelectual que intervém no campo do debate público baseado em uma competência científica particular. É mais forte no caso de Foucault porque a relação entre seus temas de pesquisa particulares e as intervenções públicas, como no comitê sobre as prisões, ou, no final da vida, nos movimentos homossexuais, foram mais limitadas. E mais ambíguo em Bourdieu, que, como sociólogo, tem como objeto a sociedade e, evidentemente, o campo de intervenção é muito amplo nesse caso. Mas sempre há aí essa relação entre o trabalho de pesquisa, a construção de um saber científico e a intervenção política. E, dessa maneira, não me parece que se deva enfatizar tanto a ruptura de 68. Já no contexto do mundo acadêmico ou no contexto de uma forma de relação entre os indivíduos, sim. Mas isso não tem um efeito direto sobre as questões intelectuais, pois, como sabemos, o estruturalismo é anterior a 68. E ambos, Foucault e Bourdieu, tiveram uma relação crítica com o estruturalismo. Você se lembra que na aula inaugural de Foucault no Collège de France, ele estava dizendo “não sou estruturalista”, e que Bourdieu, que trabalhava com estruturas, rechaçava ao mesmo tempo o estruturalismo antropológico de Levi-Strauss por não dar lugar para a historicidade?

⁷ *Idem*, *A ordem do discurso*: aula inaugural na Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. A edição original foi publicada em 1971 sob o título. *L'ordre du discours: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*.

⁸ *Qu' 'est-ce qu' "un auteur"?* é o título da uma conferência proferida por Michel Foucault em 1969 na Société Française de Philosophie e publicada no boletim da instituição no mesmo ano. *Idem*, *O que é um autor?*, Lisboa: Nova Vega, 1991.

⁹ Como decorrência das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, Chartier publicou em 1990 *Les origines culturelles de la Révolution Française*. CHARTIER, Roger. *As origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

¹⁰ ERIBON, Didier. *Michel Foucault (1926-1984)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. A edição original foi publicada em 1989.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. São Paulo: Forense Universitária, 1977. O título original é *Naissance de la clinique*, publicado em 1963.

¹² *Idem*, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977. O título original é *Surveiller et punir: naissance de la prison*, publicado em 1975.

¹³ A referência aqui é ao texto de CERTEAU, Michel de. Microtécnicas e discurso panóptico: um quiproquó. In: *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. A edição original foi publicada em 1982, um ano após Certeau haver apresentado esse trabalho em colóquio em homenagem à Foucault em Los Angeles.

Sempre me pareceu que Foucault rechaçava a noção de estruturalismo, preferindo a perspectiva crítica e genealógica no estudo do discurso, mas, por outro lado, todos os seus livros focalizavam a relação entre os discursos e as práticas. Para ele, existem práticas não discursivas, existe o mundo social, que não se reduz aos discursos, e que está sempre acessível por meio dos enunciados que organizam, representam, impõem e descrevem. Mas, no *O nascimento da clínica*¹¹, em *A história da loucura* e em *Vigiar e punir*¹², o tema fundamental é sempre a relação entre as práticas discursivas, as séries discursivas, que constroem um conceito de prisão, de sexualidade, de loucura, de clínica, e as práticas, que, anteriormente, não eram organizadas por essa definição discursivo-conceitual. É a razão pela qual gosto da fórmula de Certeau, quando dizia que Foucault trabalhava à beira da falésia¹³, pois, para Certeau, e ele tinha razão, Foucault trabalhava sobre práticas não discursivas. E como se pode compreender e analisar as práticas não discursivas senão através do discurso? Discurso que se liga às práticas, no presente ou passado, seja o discurso analítico do historiador, do etnólogo, do antropólogo. E, dessa maneira, há outro parentesco entre Foucault e Bourdieu: a questão fundamental da autonomia do senso prático, das práticas não discursivas, as quais necessariamente devem ser compreendidas a partir dos discursos que se relacionarão com tais práticas e também da lógica científica, que é uma outra prática discursiva, aquela de Foucault ou de Bourdieu.

— *No início de sua carreira, Michel Foucault foi frequentemente considerado um estruturalista, denominação que ele sempre recusou veementemente. Como o senhor vê a recorrência desse debate em torno da filiação – ou não – de Foucault ao estruturalismo? Não haveria nisso uma conotação negativa?*

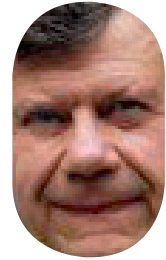
RC: Em primeiro lugar, acho que Foucault pensava que a originalidade de seu pensamento, de sua maneira de trabalhar, estaria reduzida se considerada somente como uma expressão do estruturalismo, entre muitas outras. E isso talvez valha também para Bourdieu. Em segundo lugar, parece-me que em todo livro de Foucault há uma dimensão de historicidade, o que pode nos conduzir a uma discussão sobre a relação entre Foucault e os historiadores. Cada livro tem um movimento cronológico e uma transformação, talvez mesmo uma descontinuidade radical, mas que alerta que tudo no estruturalismo, particularmente à maneira de Levi-Strauss, leva ao estabelecimento de constantes universais sem historicidade, as quais funcionam como regras do pensamento universal. Então, essa modalidade de estruturalismo era contraditória com o seu projeto, que é um projeto sempre de mutação, de transformação e de descontinuidade. Um projeto que supõe uma linha cronológica, na qual, num momento, aparece a loucura como categoria, por exemplo, e que, a partir daí, produz e estabelece instituições. Também a sexualidade surge aí como categoria. E é sempre esse o problema, o problema histórico. Claramente havia loucos antes da loucura, havia práticas sexuais antes da sexualidade, como Foucault mostrava em *Vigiar e punir*. Havia também uma pré-história de dispositivos que vão se organizar, surgir no funcionamento da prisão, e que podem existir antes na escola, no exército, na fábrica e etc. Tudo isso é profundamente histórico, e me parece também uma razão para o rechaço da categoria de estruturalismo – que se via um pouco afastado de algo que cada pesquisador podia compartilhar e assumir como estudo das estruturas – no sentido dado por Levi-Strauss, em que as regras definem, como

as regras de parentesco, os motivos míticos e as invariantes universais. E me parece que é profundamente esta a razão do rechaço de Foucault à categoria de estruturalismo.

— *Foucault fez frequentes afirmações sobre seu desejo de se furta aos mecanismos discursivos que ele estudava, à “pesada e temível materialidade [do discurso]”¹⁴, como em sua fala inaugural no Collège de France ou em sua declaração de que seus livros fossem como bombas¹⁵, durante debate com estudantes nos Estados Unidos. Entretanto, seus escritos são muito lidos como um corpus, englobando partes generosas de tudo o que é publicado com seu nome. Aliás, novos escritos de Foucault não cessam de vir a público, ampliando a obra que se constituiu em torno de seu nome. Há uma ironia nisso? Seria possível ler Foucault da maneira como ele sonhou, em nossos tempos?*

RC: Podemos começar com essa noção de ironia. Em primeiro lugar, a materialidade do discurso é uma materialidade sem matéria, já que Foucault utiliza livro, texto e obra como sinônimos, sem diferença. Desse modo, nessa dimensão, ele nunca foi muito interessado pela bibliografia, pela história do livro e tudo isso. Era uma tradição dominante fazer desaparecer a materialidade real de um objeto escrito, a voz leitora, ou declamatória, por trás da obra, do texto e do discurso. Dessa maneira, essa é a primeira ironia: há um paradoxo a considerar quando se utiliza a materialidade do discurso, e acho que não é no sentido de uma materialidade objetiva. Não sei bem por que Foucault utilizava “materialidade” e suponho que era para se distanciar de uma visão puramente idealista da história das ideias e também para considerar que os discursos têm uma genealogia, características, o nome ou não do autor e uma forma de apropriação no sentido de seu controle ou de sua circulação. Esse uso podia sugerir que o discurso não era uma pura abstração, mas tinha uma localização no mundo social. Evidentemente não se tratava de uma contradição, mas Foucault não pensava como essa ideia de mutabilidade do sentido em uma obra – quando se altera sua forma material de inscrição, de publicação e de apropriação – poderia ser uma primeira ironia.

A segunda ironia na pergunta é que Foucault, no texto *O que é um autor?*, se preocupou com as variações e as delimitações da obra de um autor, considerando a relação dialética entre o nome próprio e a obra e isso era um tema essencial. Você se lembra que na conferência *O que é um autor?*, ele toma o exemplo de Nietzsche? A obra de Nietzsche contém os livros que ele mesmo havia controlado e escrito, os rascunhos, os esboços, até mesmo os seus textos sem importância teórica, mas que podem entrar no conceito de obra: cartas, notas em uma agenda e, finalmente, a famosa ideia de uma lista de lavanderia. Há, então, uma mobilidade na definição da obra, inclusive nos livros sob o nome de Nietzsche. Não é de Foucault essa observação, mas ela pode servir como uma maneira de prolongar seu olhar sobre Nietzsche: o texto mais famoso de Nietzsche, *Der Wille zur Macht* (*A vontade de poder*), não é um livro de Nietzsche, mas é uma construção a partir de suas notas e textos, os quais ele nunca havia pensado em organizar como um livro. E, nesse sentido, pode-se ver como não há uma essência de uma obra como *liaison*¹⁶ completa, e o que se tem imediatamente é uma decisão do autor. Borges havia excluído de sua obra três livros que havia publicado durante os anos vinte, pois considerava que não pertenciam à sua obra tal como ele a definia. Há também a decisão dos editores, que introduzem e excluem tipos de textos que não são somente os livros pu-



¹⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, op. cit., p. 9.

¹⁵ Essa imagem foi apresentada por Foucault e muitas vezes retomada nos comentários sobre o autor, em diálogo com os estudantes em Los Angeles. O texto de Foucault, em versão mimeografada do Circabook, datado de 1978, circulou no campus de Pomona College. Cf. *idem*, *Diálogo sobre o poder*. In: *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber*, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

¹⁶ Termo do francês que alude ao encadeamento entre elementos de um discurso, associação, coerência entre partes de um texto. Também é usado para se referir ao efeito fonético, comum na língua francesa, no qual a última letra da primeira palavra se une à primeira letra da palavra posterior.

¹⁷ CHARTIER, Roger. O poder, o sujeito, a verdade: Foucault leitor de Foucault. In: *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. [A edição original foi publicada em 1998 sob o título de *Au bord de la falaise: l'Histoire entre certitudes et inquiétude*.

¹⁸ Essa pergunta foi elaborada a partir de *idem*, *Línguas e leituras no mundo digital*. In: *O desafio da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

blicados. Aplicando a Foucault, essa questão é interessante porque, evidentemente, se trata de uma obra sempre móvel. Há as publicações dos cursos, que são quase livros, e é fascinante ver como Foucault improvisava muito pouco e redigia totalmente cada curso do Collège de France, algumas vezes em relação com livros que havia publicado como tais, outras vezes não. Então, podemos pensar nos manuscritos (o arquivo de Foucault foi comprado recentemente pela Biblioteca Nacional da França, por um preço muito alto, do seu herdeiro intelectual) que podem definir também uma mudança, porque são, se bem entendidos – não só no contexto da crítica genética – rascunhos, esboços, versões dos livros. Também há, por exemplo, um diário no qual aparece um conteúdo surpreendente em relação ao que se escreveu ou se disse sobre “Foucault”. Então há não somente uma fronteira da obra, que é móvel e que levanta a questão de saber que tipo de texto é possível associar ao nome de Foucault, como autor, mas há uma reinterpretção, a partir dos novos textos que entraram na obra e, por fim, um efeito retrospectivo. Nesse sentido, inclusive, esses textos anteriores aos livros publicados também possuem esse efeito retrospectivo. É, de algum modo, o mesmo tipo de questão das traduções. Um livro é traduzido trinta anos depois da sua publicação e, ao longo desse período, foram publicados e traduzidos outros livros do mesmo autor. Assim, a recepção nessa língua é totalmente diferente porque há o efeito retrospectivo de um livro escrito anteriormente.

A terceira ironia: é difícil saber de qual maneira Foucault sonhava que sua obra deveria ser lida. No livro *À beira da falésia*, eu havia escrito um ensaio, “Foucault leitor Foucault”¹⁷ sobre essa questão, pois, muitas vezes, quando Foucault começava um novo livro ou um curso, fazia uma olhada retrospectiva sobre o que havia feito, e, nesses textos, ele organizava sua obra com um conceito-chave que se modificava, e que permitia ver que sucessivamente ele próprio pensava que sua obra fosse sobre o poder ou sobre a verdade. O princípio unificador era móvel, permanecendo a ideia de que havia uma sistematicidade em seus livros anteriormente publicados, e isso me parece o modo mais próximo de ver como Foucault queria ser lido, ou seja, a partir da noção de que não havia sempre uma mesma maneira de organizar a coerência da obra atualizada por ele mesmo.

— *Em sua obra Os desafios da escrita*¹⁸, o senhor afirma que o sonho de Foucault se realizou, pois a função autor desaparece quando se trata do mundo digital. Considerando as práticas do mundo acadêmico, é possível pensar na diluição da função autor?

RC: Em primeiro lugar, devo matizar essa afirmação de que o autor desapareceu. O que queria dizer era que o texto de Foucault, *O que é um autor?*, em várias de suas versões, tinha a ideia de que esse modo histórico de atribuir um nome próprio às obras de filosofia, de literatura ou de história, tinha a sua própria historicidade e, portanto, não havia sempre existido. Então, por que não pensar que deixaria de existir? E, em uma dessas versões, Foucault conclui que – de modo próximo a um contraestruturalismo – não há uma invariante universal. E essa conclusão se liga às primeiras palavras de sua aula inaugural no Collège de France, em que esse desaparecimento do autor legitima, de algum modo, a ideia de que as aulas sobre discursos poderiam acolher os discursos sucessivos, mas sem que a propriedade deles fosse fundamental. Então, havia um sonho, uma ficção desse desaparecimento da função autor, em um mundo que

Foucault nunca poderia imaginar, que é hoje o mundo digital. Nas formas de comunicação digital, a mobilidade dos textos abertos permite uma reescrita permanente e, finalmente, faz desaparecer a atribuição a um só nome próprio. No mundo da edição digital, entretanto, até agora o nome próprio e a propriedade literária se mantêm como objetos de conflito entre o desejo de uma gratuidade da vida do texto e o respeito dos critérios, existentes desde o século XVIII, de propriedade literária intelectual do autor e de propriedade sobre a edição do editor. Então se deve matizar. A diluição do autor é uma possibilidade no mundo digital, mas não necessariamente a única realidade. É quase ao inverso, porque, evidentemente, nas edições digitais, há poucas dessas obras concebidas com obras libertadas da função autor, do tipo propostas no movimento quase oceânico no qual Foucault pensava. Assim, a possibilidade do desaparecimento deve ser confrontada com a realidade da presença da função autor, inclusive no mundo digital. Deve-se supor a estabilidade da obra, porque, para que uma obra seja atribuída a um nome próprio, exige-se que essa obra seja suficientemente estável, pois se um campo, ou um prédio, mudasse a cada dia de forma, como se poderia estabelecer o direito de propriedade sobre um objeto móvel? Então, o requisito para a propriedade intelectual no mundo digital é estabilizar o texto, advindo daí todas as formas de edição digital em que o texto não pode ser transformado, transmitido e, algumas vezes, nem sequer impresso. A razão é que os conceitos de propriedade literária, que, suponho, também produzem as noções de autor, continuam dominantes no mundo cultural da escrita e, particularmente, no mundo acadêmico. E a tentativa de criação de uma edição digital acadêmica não móvel e maleável, apesar dos esforços de Robert Darnton, ainda não adquiriu legitimidade. No dossiê de um candidato para uma vaga acadêmica reside um exemplo particular dessa resistência das categorias herdadas do século XVIII – propriedade, originalidade e singularidade – que definem os textos literários ou filosóficos. Nos afastamos de Foucault porque ele não tinha referência a uma técnica que permitisse o seu sonho. Temos agora esta técnica, mas que se torna objeto de tensão entre a comunicação gratuita e a propriedade intelectual, entre a mobilidade dos textos abertos e a definição do texto segundo os critérios mais clássicos de sua identidade, ou entre uma apropriação que faz entrar cada leitor como autor no texto – finalmente apagando a noção de autoria – e a reivindicação, inclusive no mundo acadêmico, da obra como produção individual.

— *Como é a recepção dos escritos de Foucault na França e como é ser seu interlocutor ainda hoje?*

RC: Em relação ao aniversário, que justifica também esta entrevista, temos visto a proliferação de congressos, colóquios e livros sobre Foucault. Suponho que isso esteja ocorrendo em todo o mundo, mas, particularmente, com mais intensidade na França. Fico um pouco preocupado. É como se houvesse uma sedimentação quase infinita de discursos sobre Foucault; é como um monumento funerário cada dia mais expressivo. Pois o que me parece importante é, certamente, não somente escrever sobre Foucault, mas fazer algo com Foucault. E se voltamos à sua ideia de propor conceitos, noções e análises, que poderiam ser reutilizados para compreender um objeto que ele não havia discutido ou estudado, é porque esses instrumentos deveriam modificar, nos limites do possível, as maneiras de pensar ou de atuar. Trata-se ainda de mostrar que o que parecia universal é, de fato,

uma construção histórica – outro paralelo dele com Bourdieu. Então me parece que há um perigo nessa acumulação de discursos sobre Foucault ou nas interpretações – o que é um efeito possível pela trajetória mesma de Foucault – sobre se ele queria ver e fazer reconhecer uma coerência em seu trabalho, em sua obra. O primeiro Foucault tem os temas mais próximos a uma referência que não se discute muito, e que me parece a mais importante, aquela da epistemologia histórica das ciências, pois nesse mesmo mundo intelectual em que Foucault e Bourdieu haviam construído a sua maneira, se não de pensar, mas de trabalhar, e no qual havia uma forma dominante de filosofia – “Sartre mais Heidegger” – a resistência a essa figura do intelectual total, livre, no sentido ideológico, era a tradição de Bachelard, de Koyiré, de Canguilhem e da epistemologia histórica das ciências. E em todo o primeiro Foucault – que teve Canguilhem como orientador – a clínica e a loucura pertencem a esse mundo. Depois há o Foucault estruturalista, que não se reconhece como estruturalista, de *A arqueologia do saber*, e, a partir do Collège de France, há o projeto de análise genealógica e crítica dos discursos, que vai se deslocar do panóptico até a sexualidade. Então existe uma linha, uma coerência através de objetos, de temas e, inclusive, de instrumentos teóricos, porque Foucault havia tentado mostrar que, a partir de 1970, abandonou a categorização de *Arqueologia do saber* e que toda essa série de conceitos desapareceu do seu trabalho. E cada um podia encontrar um Foucault que seja adequado à sua própria proposta intelectual. Foi criado um campo de estudos foucaultianos e também uma recepção múltipla dos “Foucaults”. Para mim, entretanto, o mais importante é ver como existe uma capacidade interpretativa forte de seus conceitos. Inclusive, se for para discutir, por exemplo, a perspectiva histórica que ele introduz, é fundamental ver, em *O que é um autor?*, como todos os textos foram escritos por alguém, mas nem todos têm um autor. Isso é muito simples e, ao mesmo tempo, fundamental. E Foucault não se interessava particularmente por uma cronologia detalhada de como essa “função autor” se ligava aos textos literários, depois de um momento em que não existia essa ligação, ou como, no discurso científico, a função de autoria de nome próprio desaparecia diante de uma forma de construção anônima do saber. Podemos discutir se a cronologia que propunha está confirmada ou não; essa é uma maneira de trabalhar com Foucault e me parece que com todos os temas que foram tocados por ele se poderia fazer o mesmo. Em certo sentido é mais foucaultiano do que um comentário ortodoxo, ou sobre uma obra, cujo risco é sempre de cair em alguma modalidade de escolástica. Se Foucault pensava que sua obra tinha impacto de transformação nas maneiras de trabalhar e na superação da fronteira entre a reflexão filosófica e a perspectiva histórica, podemos seguir essa trilha e trabalhar com Foucault mais do que escrever sempre sobre Foucault.

— *O senhor frequentemente se reporta às mudanças ocorridas no que se refere ao estudo dos textos e dos livros nas últimas décadas, marcadas pela aproximação entre Literatura, Filosofia e Sociologia e a História. O senhor acha que isso implica uma dissolução dessas disciplinas, enquanto procedimentos de controle do discurso? Quais são os ônus e os bônus desse fazer historiográfico?*

RC: Por um lado, é claro que as disciplinas se mantêm fortemente na classificação acadêmica, nos departamentos, nos programas de graduação e pós-graduação e nas instituições como um todo. Há a resistência de uma tradição disciplinar, que pode ser variável segundo o país. A geografia é

uma disciplina que não existe, ou quase não existe, nos Estados Unidos, e que é fundamental na tradição francesa. Há uma resistência desses quadros disciplinares e creio que o que Foucault queria dizer – e Bourdieu também – é que se devia praticar uma produção do conhecimento que não se adaptasse estritamente ou exclusivamente a esses quadros e que constantemente superasse suas fronteiras, algo que não era exclusivo de uma reivindicação disciplinar. No caso de Bourdieu, entre etnologia e sociologia, e no caso de Foucault, entre a filosofia e a história. Bourdieu se via como um sociólogo e pensava a sociologia como a maneira de fazer ciências sociais; a tradição na qual se situava era a de Marx, Durkheim e Weber. Por outro lado, Foucault se pensava como filósofo, um filósofo de um tipo novo, que entrava no estudo de objetos que tradicionalmente não pertenciam à história da filosofia ou à filosofia *tout court*. Dessa maneira, em cada campo de estudo se pode ver essa necessária associação da tradição disciplinar separada pelas instituições. O que quero dizer com o estudo da cultura escrita é que, necessariamente, se deve entrecruzar as tradições que se focalizam sobre o estudo das obras, as formas de abordagem (filológica e estética), as disciplinas que focalizam a descrição do suporte, os veículos e as modalidades de transmissão desses textos. E esse estudo pode ser a história do livro, a história da cultura escrita, a história da comunicação ou da informação. O ponto em comum, e o que me interessa, é a análise da materialidade no sentido primeiro da palavra. E, finalmente, lembrar que não é possível se separar dessas duas primeiras perspectivas: uma que se focaliza em uma construção do sentido, que se apodera do texto através de uma forma particular e que nos sugere uma certa sociologia histórica da leitura, e outra, ligada ao uso da cultura escrita e das várias formas de história da recepção ou de apropriação. Vê-se que a primeira abordagem é tradicionalmente do mundo da história da literatura e a segunda da história do livro, da paleografia, da codicologia¹⁹ e da história da edição. Há ainda uma terceira perspectiva, que pertence diretamente à forma da história ou da sociologia cultural. Então a cada um correspondem instituições e tradições, inertes num certo sentido.

E todo o esforço para produzir análises mais densas e mais adequadas deve ser o de usar essas perspectivas. Uma pessoa não poderia dominar todos os campos do saber, mas a questão é a da consciência da necessidade do entrecruzamento disciplinar, seja por maneiras coletivas de trabalhar ou, então, pelo esforço de cada um para adquirir uma cultura disciplinar que não pertença à sua própria. E me parece que fazer isso é somente bônus, intelectualmente, mesmo sabendo que algumas vezes não é tão fácil institucionalmente. No caso de Bourdieu, era na École des Hautes Études en Sciences Sociales, depois no Collège de France, com uma liberdade quase total em relação à sociologia institucional. Ele reivindicava a sociologia como saber, como ciência, mas agia com muita liberdade em relação ao programa do departamento de sociologia. E Foucault, depois do momento como filósofo na Universidade de Clermont-Ferrand, ele também encontrou, no Collège de France, essa mesma liberdade. Quando um professor está dentro de uma universidade com esse peso mais forte dos programas e dos currículos dos departamentos, acaba encontrando uma tensão entre a dimensão intelectual e a dimensão institucional, o que pode ser um freio à capacidade inventiva desse encontro disciplinar que se verifica, por exemplo, no caso nos estudos sobre a cidade, ou na história das artes, nos quais há esse tipo produtivo de entrecruzamento.

¹⁹ Estudo dos códices, manuscritos ou impressos encadernados no formato dos livros atuais.

²⁰ Sobre o assunto, ver DARTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (a edição original foi publicada em 2009).

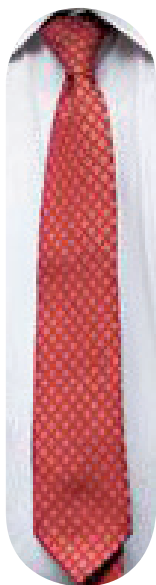
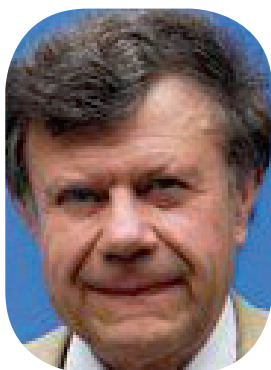
— *Com um pouco mais de 40 anos de carreira, que conselho o senhor daria aos novos pesquisadores? Para quais desafios de leitura e de escrita deverão estar preparados?*

RC: Bom, em primeiro lugar não gosto muito de fazer lembrar do tempo passado [risos] e, em segundo lugar, eu não sei, penso que o gênero desses conselhos dos idosos para os mais jovens é um pouco o estereótipo da literatura desde a antiguidade.

Então, não sei bem. Cada um deve definir a sua própria maneira de pensar. De uma maneira séria, acho que a situação é mais difícil hoje para os novos pesquisadores. Por várias razões: a primeira é por ser muito mais difícil, em todos os países do mundo, encontrar a possibilidade de entrar no mundo da pesquisa ou da universidade. Há países na Europa quase fechados ao recrutamento de novos professores e há uma situação objetiva muito mais difícil, o que cria todos os tipos de bolsa temporária e programas de post graduate fellowships, no caso dos Estados Unidos, por exemplo. É uma posição um pouco instável. Esse não era o nosso caso na França, em 1968, por que havia uma abertura de ensino superior de massas e uma multiplicação das possibilidades de entrar na universidade.

Uma segunda dificuldade é a edição. Hoje as editoras não querem mais publicar os tipos de textos que há vinte anos se publicava sem problemas: resultados de colóquio, pesquisas coletivas e monografias sobre temas muito particulares. Tudo isso não se pode publicar mais tão facilmente. Uma razão da reflexão de Darnton sobre a possível alternativa da edição eletrônica contra a edição tradicional é porque havia algo como uma rarefação da publicação desse tipo de *monographs*, inclusive em editoras universitárias, como é o caso americano.²⁰ Agora, imagine você a situação nos países em que as editoras mais visíveis não são universitárias. Então, é uma segunda dificuldade porque essa forma permitia a publicação de teses, permitia se fazer reconhecer através da contribuição publicada em colóquio ou de participação em uma pesquisa coletiva.

A terceira dificuldade, quase oposta à primeira, é a proliferação das bibliografias, o controle, em cada campo de trabalho, do que se publica a cada dia ou a cada semana. Evidentemente é muito difícil. Difícil porque identificar essa produção não é fácil, as bibliotecas não seguem esses movimentos e, além disso, há uma multiplicidade de línguas de publicação. Por outro lado, e talvez seja mais importante dizer isso a um novo pesquisador estadunidense do que a um brasileiro ou um francês, o tema mítico da globalização se acompanha mais e mais das bibliografias monolinguísticas. E se você ler as referências, as notas, verá que há muitos livros, em qualquer país, mas particularmente os de língua inglesa, porque nesse caso há como um imperialismo da língua, como um monolinguismo. As pessoas, por falta de curiosidade, ou porque ficam com dificuldade em encontrar os livros ou os artigos, se satisfazem mais rapidamente com a bibliografia mais acessível na sua língua e nas suas bibliotecas. Deveria ser uma vertente de pensamento a curiosidade de entrar em uma bibliografia que supera os limites esperados dos temas, o que significa que não é só uma bibliografia sobre um tema particular que importa – algumas vezes pode se tratar de um livro que aborda temas completamente diferentes – mas que ela possa ter, teórica e metodologicamente, uma importância. Então há uma curiosidade linguística ideal que me parece fundamental. Depois, é preciso encontrar uma maneira de solucionar os problemas da leitura, pois uma pessoa não



pode conhecer todas as línguas do mundo, mas talvez tenha acesso a artigos traduzidos ou conte com a ajuda de alguém que conheça a língua; e para encontrar os textos obviamente a internet traz mais possibilidades do que anteriormente. Fui surpreendido nesse curso sobre Bourdieu ao ver quantas coisas existem em forma eletrônica, na língua portuguesa, e que eu não imaginava que deveria buscar sobre esse autor. Evidentemente há traduções, há livros inteiros de Bourdieu, mas também artigos que não conhecia e que talvez não tivesse encontrado na maneira mais clássica de pesquisa. O conselho prévio é a ideia de respeitar as disciplinas para obter uma posição acadêmica e franquear ou superar seus limites para fazer o trabalho intelectual.

— *Pensando nas considerações borgeanas contidas em “Borges e eu”²¹, que o senhor classifica como “uma ilustração fulgurante da distinção entre o eu empírico e a função discursiva”²² em sua conferência a respeito de O que é um autor?, como é fazer parte da função autor identificada pela assinatura “Roger Chartier”?*

RC: A questão da referência está, como você se lembra, diretamente ligada ao texto de Foucault, e o que me havia chamado a atenção é que há uma absoluta semelhança entre Borges e Foucault nesse caso. Em ambos, há distinção entre o que está escrito e o nome próprio do autor. No caso de Foucault, porque a função autor é móvel, histórica, e não se liga à produção textual; e no caso de Borges, porque na ficção há um “eu” um “yo”, ou “jo” como disse o argentino, que não se reconhece no nome próprio imposto de fora, imposto pelo dicionário bibliográfico, pelo correio, pela universidade. O que me havia chamado a atenção é que Foucault, durante um período de sua vida, citava Borges, mas não nesse caso. E o que nos permitia encontrar a fulgurante poesia em Borges era que essa distinção não se limitava a reconhecer o tipo de pesquisa que podemos fazer sobre a função autor, mas se mostrava como uma ressonância, que talvez não fosse da competência do historiador ou mesmo de Foucault, já que o filósofo francês apontava que a fissura entre o indivíduo e o “autor” não podia existir senão porque existia detrás do nome de autor um indivíduo, como suas experiências, gostos e preferências. Por outro lado, de maneira invertida e através desse nome próprio que parecia devorar a identidade do indivíduo, podia-se imaginar sua existência ou, ainda mais, sua permanência após a sua morte. O que quero dizer é que podemos ter problemas de natureza metodológica, histórica, sociológica e teórica, e que ligar essa discussão à ficção – não para transformar o Foucault historiador em um escritor de ficção – poderia dar outra dimensão mais fenomenológica, ontológica ou metafísica. Esse é, portanto, um modo de ligar Borges ao texto de Foucault. Mas, retornando à questão de “como é fazer parte da função autor identificada pela assinatura “Roger Chartier”?”, isso é completamente inadequado, pois não sou nem Borges nem Foucault, mas essa é uma pergunta que cada um pode se fazer. Ela marca a relação com o sentimento pessoal do seu trabalho e o que está em jogo quando ele circula com um nome próprio, o que para muita gente é o único conhecimento do indivíduo. Eu rechaço a ideia de ego-história, de confissões e de autobiografias. Como dizia Bourdieu, por que pedir aos historiadores sem história escrever, sem método, sua biografia? Então me parece que esse é um perigo terrível. O que fica da pergunta é isso: é o reconhecimento do autor como indivíduo, como eu, na construção de uma individualidade a partir dos leitores ou, ainda, do que as pessoas que participam de seminários, palestras, conferências, podem

²¹ O texto de Borges foi publicado originalmente na coleção *El hacedor*, em 1960, na Argentina. Ela ganhou, posteriormente, uma edição brasileira: BORGES, Jorge Luis. *Borges e eu*. In: *O fazedor*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

²² Convidado a proferir uma conferência na *Société Française de Philosophie*, em 20 de maio de 2000, Roger Chartier retomou o tema Foucault, abordado por ele na mesma instituição trinta anos antes. Ela foi publicada inicialmente no *Bulletin de la Société Française de Philosophie* e, depois, em língua portuguesa. Ver CHARTIER, Roger. *O que é um autor?: revisão de uma genealogia*. São Carlos: Edufscar, 2012 (citação da p. 10)

deduzir da obra mesma. Essa não é uma questão tão dramática. Penso que os intelectuais têm a tendência de dramatizar tudo, o que é uma forma de projeção egocêntrica e pessoal. O paralelo termina aqui: Borges é um grande escritor, nós somos artesões no sentido de produzir conhecimento de acordo com regras oficiais, com seriedade e com responsabilidade. Lembro de uma vez, na Argentina, em que havia um estudante que pensava que “Chartier” estava morto porque tinha escrito tantos livros e era impossível que alguém que escrevera dez livros não estivesse morto... Assim se vê a distinção, no caso, entre “Chartier” e eu. Além do mais, é uma coisa interessante como nas feiras do livro no Brasil há muitas pessoas jovens que querem um autógrafa e uma foto. É divertido, mas é um momento em que os professores de universidade se pensam como os Rolling Stones, e isso é uma satisfação temporária e superficial. Mas, para mim não é realmente um problema de dissociação, como Borges talvez o incorporasse ou como Foucault o teorizasse. Não, não penso que a assinatura “Roger Chartier” me crie qualquer problema, salvo esses momentos divertidos do *star system*. Acho que o Brasil é o único lugar do mundo onde esses momentos ocorrem. É simpático, pois significa que a gente gosta dessa relação. Estava na feira do livro de Belém do Pará, e foi muito emocionante e divertido ver que há tanta gente querendo se aproximar do livro, da literatura e da produção científica. Parece-me que não se deve reduzir esses eventos à dimensão mais superficial, pois eles são uma maneira de manter a presença da cultura escrita, do trabalho científico ou da literatura no mundo social, e é muito útil e importante participar desse esforço coletivo. O mais importante é a sua utilidade para a compreensão das mutações do mundo no qual estamos, com a criação de uma perspectiva histórica que possa mostrar as heranças sedimentadas que constituem o presente e trazer um pouco mais lucidez. Nesse sentido, para concluir, de uma maneira muito modesta, trata-se de compartilhar o projeto de Foucault e Bourdieu, ou seja, a ideia de produzir um saber que ajude na compreensão do mundo tal como é – mau, muitas vezes –, não somente respeitando o rigor do trabalho científico, mas tentando encontrar maneiras de superar as fronteiras do mundo acadêmico. Daí a importância de uma presença pública, como forma de presença de um trabalho de conhecimento, para que as pessoas que não são acadêmicas ou estudantes possam utilizá-lo para pensar de uma maneira mais crítica as formas de dominação e as formas de imposição que são tão poderosas no mundo social e no mundo *tout court*.

Texto recebido em outubro de 2014. Aprovado em janeiro de 2015.